



Sindicato Nacional e Democrático dos Professores

ME FOMENTA AUMENTO DE VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS PORTUGUESAS

O recente aumento da violência nas escolas do ensino público está directamente relacionado com a desqualificação social e profissional dos professores promovida pelo Ministério da Educação.

Na sequência da aprovação de um Estatuto em que a autoridade do professor está subordinada à apreciação dos pais e aos resultados escolares em exames aferidos (que não contam para a classificação dos alunos, mas apenas para a análise dos resultados das escolas e respectiva avaliação dos professores), e ainda na forma como a regulamentação do próprio Estatuto está a decorrer, em que se valorizam os cargos exercidos e habilitações superiores à licenciatura, ficando os verdadeiros pedagogos, privados de chegar ao topo da carreira, uma vez que só “dão aulas”, e tal arte não é valorizada, contando apenas para pontuar os cargos exercidos no âmbito da fiscalização e da repressão, não admira que a violência nas escolas tenha vindo a aumentar e que diariamente sejamos confrontados com a triste realidade de ver profissionais da educação a serem maltratados verbal e fisicamente.

A postura do ME não é a de encontrar estímulos para quem atinge bons resultados nas aprendizagens, mas antes para quem fiscaliza arbitraria e burocraticamente o exercício da profissão. Retirada a autoridade educacional e profissional aos docentes, a desqualificação social da profissão é o primeiro passo para a perda de confiança nos seus profissionais, pior, quando é o próprio Ministério a não reconhecer tal autoridade e confiança. O não reconhecimento do prestígio profissional desta classe leva a uma escalada crescente de violência nas escolas.

A FENEI/SINDEP responsabiliza esta política educativa do governo e este ataque descabelado aos professores que lentamente os vai transformando em párias da sociedade, como a maior descrédibilização do sistema educativo que levará à incapacidade total de se poder educar e contribuir para uma equilibrada e segura integração dos jovens na sociedade.

Quando na progressão da carreira nada conta ao longo do percurso profissional além do exercício de cargos burocráticos, quando se descriminam todos os professores que são bons pedagogos, quando se penaliza nas faltas justificadas, independentemente da sua natureza, quando se impõem quotas para progressão em detrimento da valorização profissional, quando não se cumpre a concertação social entre representantes dos sindicatos e governo, estamos perante um quadro em que a política governamental para a educação não existe, manipula-se, apenas, para populismo e apresentação de resultados estatísticos.

Os professores não serão coniventes com esta política e nos casos concretos de “atropelos” à lei a FENEI/SINDEP recorrerá aos tribunais nacionais e internacionais dando todo o apoio colectivo e individual para que se faça justiça e para calar a demagogia de uma política de educação que no futuro custará muito caro a Portugal.

Lisboa, Março de 2009.

O Secretário-Geral,
Carlos Chagas